
Incursões ao IBGE através da história da geografia

Sergio Nunes Pereira e Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/925>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.925

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

Sergio Nunes Pereira e Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, « Incursões ao IBGE através da história da geografia », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 3 | 2014, posto online no dia 26 agosto 2014, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/925> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.925>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2020.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Incursões ao IBGE através da história da geografia

Sergio Nunes Pereira e Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

- 1 Após dois números desta nova edição de Terra Brasilis dedicados a temáticas teóricas da história da geografia e da geografia histórica, o presente número aborda um objeto mais tangível: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição ainda carente de investigações historiográficas que contemplem sua complexidade e envergadura.
- 2 A originalidade representada pelo IBGE no contexto geral da institucionalização da geografia e saberes afins no Brasil não passou despercebida por estudiosos nacionais e estrangeiros. Preston James e Geoffrey Martin (1981), por exemplo, o consideraram uma notável extensão da atividade profissional em geografia para além dos círculos universitários.¹ Michel Phlipponneau (1964), partidário da geografia aplicada, exaltou a importância do Instituto e sua capacidade operacional, no atendimento às diretrizes governamentais.² Não seria menos enfática a opinião de Étienne Juillard. Levado a conhecer o IBGE, em sua primeira visita ao Brasil, o professor de Estrasburgo teria se impressionado fortemente ao encontrar, no mesmo edifício,³ tantos especialistas reunidos em torno da pesquisa geográfica, o que só ocorreria à época, talvez, na União Soviética. Como registro do episódio restou uma frase lapidar, saborosa demais para ficar ignorada: *ça c'est une usine de géographie* [isto é uma fábrica de geografia], teria dito Juillard, em tom exclamatório (Santos *apud* Silva, 2002, p. 13).
- 3 O reconhecimento do IBGE como lugar central da produção do conhecimento geográfico, obviamente, também encontrou eco em autores brasileiros. Escrevendo no período denominado “áureo” da instituição, José Veríssimo da Costa Pereira (1955) prestou-lhe honroso tributo em obra interdisciplinar, como se esperaria de um entusiasta da causa geográfica vinculado, profissionalmente, àquela Casa. Em momento posterior, quando já se considerava “pragmática” a produção do Instituto, as avaliações críticas assinalavam ao menos sua contribuição para o estabelecimento de um padrão técnico e profissional compatível com a pesquisa geográfica científica (Andrade, 1977; Petrone, 1979; Monteiro, 1980). Naquela altura, já havia se firmado na comunidade

acadêmica a imagem do IBGE como *locus* de um conhecimento oficial visivelmente empobrecido, em contraste com a renovação verificada na Universidade e em entidades profissionais como a AGB. Foi preciso que se passassem algumas décadas para que a instituição suscitasse novas interpretações, empenhadas em realizar um balanço de sua história e perspectivas (Penha, 1993; Almeida, 2000; Senra, 2006-2009). Tais interpretações, como logo se verá, ultrapassarão neste número a condição de mero registro.

- 4 Na incursão historiográfica aqui realizada, desejamos avançar na investigação da trajetória do IBGE, com o intuito de questionar alguns consensos que parecem permear os estudos sobre a instituição. Diz-se, por exemplo, que de seus gabinetes emergiu um gênero particular de pesquisa em geográfica no Brasil, eclipsado no correr dos anos pela universidade – sem atentar, devidamente, para as ligações nem sempre sutis entre os dois âmbitos. Concebe-se, ainda, o saber geográfico produzido no IBGE como algo pertinente apenas aos setores designados nominalmente como *geografia*, numa perspectiva que nos parece limitada e corporativista.
- 5 O material ora apresentado pretende evidenciar uma pluralidade de enfoques e interpretações que projetem nova luz sobre o tema. Mesmo que, algumas vezes, sejam tangenciadas leituras mais consensuais, busca-se na realidade enriquecê-las e desdobrá-las, acrescentando novas dimensões e nuanças respaldadas em pesquisa documental. O empenho pelo rigor analítico e a valorização das fontes, que marcam os artigos deste número, representam um distanciamento consciente das abordagens memorialistas.
- 6 Os artigos aqui reunidos recobrem, seja em seu conjunto, seja na particularidade de cada escrito, basicamente três vertentes. Na primeira delas, evidenciam-se os campos do conhecimento desenvolvidos no IBGE: geografia, estatística, cartografia e economia espacial são, assim, levadas em conta, buscando-se as especificidades que apresentam e suas intersecções. A segunda vertente é constituída, justamente, pelos cruzamentos referidos, verificados preferencialmente através das práticas do Instituto: campanhas cartográficas, expedições geográficas, regionalizações, planejamento territorial etc., muitas das quais relacionadas à execução e análise de censos. Como terceiro ponto, a sequência cronológica adotada na disposição dos artigos justifica-se na medida em que os textos atravessam diversos contextos históricos. Pois o Estado Novo, o período imprecisamente dito de “redemocratização”, a ditadura militar e os anos posteriores à Carta de 1988 assinalam momentos específicos do Instituto não só quanto às práticas aqui elencadas, mas também ao predomínio – jamais exclusividade – de certas perspectivas teórico-metodológicas em geografia. Estabelecidas tais balizas, vejamos mais de perto o temário abarcado pelos artigos deste número.
- 7 Em *A junção do G ao E na formação do IBGE*, Nelson Senra pondera como as referências à geografia e à estatística na sigla do Instituto convidam a uma reflexão sobre como essas diferentes alas conviveram, cooperaram, opuseram-se e estabeleceram entre si hierarquias. O autor demonstra como a geografia (primeiramente entendida como recorte territorial cartográfico para práticas estatísticas) ampliou seu significado no âmbito institucional, ganhando complexidade e enredo próprio.
- 8 Em *A atuação do IBGE na evolução da cartografia civil no Brasil*, Cláudio João Barreto dos Santos e Luiz Henrique Castiglione analisam inicialmente as primeiras tentativas de elaboração da carta geral do Brasil movidas por militares e posteriormente, por ocasião do centenário da independência, pelo Clube de Engenharia. O foco do artigo é revelar

como o IBGE, prontamente, reconhece uma inadequação dessas iniciativas com relação a uma necessidade prática: a realização do censo de 1940. A instituição coordenou uma nova empreitada cartográfica, envolvendo diversas instâncias administrativas (municipais, estaduais e federais), em sintonia com um novo repertório técnico cartográfico, baseado na aerofotogrametria. A atualização de tal repertório seria uma marca da cartografia ibgeana. Os autores discorrem como, ao longo das décadas seguintes, o mapeamento e a seleção de informações das cartas passaram a contar com imagens de satélites e técnicas de georreferenciamento.

- 9 Considerando a definição oficial de recortes territoriais uma prática fundamental no IBGE, Fábio Betioli Contel, em *As divisões regionais do IBGE no século XX*, enfoca e compara, contextual e metodologicamente, os três grandes momentos em que foram operadas regionalizações significativas no âmbito do Instituto (1942-1970-1990). O autor demonstra claramente como o “estado da arte” da ciência geográfica nesses três períodos casou-se com objetivos políticos do Estado, resultando, ao mesmo tempo na conformação da geografia do IBGE e na cristalização do recorte regional brasileiro no imaginário social.
- 10 Sabe-se da existência de práticas similares às desenvolvidas no IBGE em outros contextos nacionais, tais como na França (*aménagement du territoire*), Holanda (país com densa experiência de planejamento regional) e México, onde existe uma instituição congênere à brasileira, o INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía). Foge, porém, às nossas forças abranger todas essas realidades. No entanto, foi possível incluir em Terra Brasilis um trabalho de Rogério Haesbaert sobre um caso pouco conhecido fora de seu âmbito geográfico imediato. Assim, em *Sobre a Geografía del Perú de Javier Pulgar Vidal: da região como categoria da prática à regionalização normativa*, é apresentada uma interessante discussão sobre as possibilidades de uso do saber geográfico na leitura de realidades sociais e ambientais. No caso, o geógrafo brasileiro revisita a obra de autor clássico que ultrapassou em muito os limites acadêmicos, pois sua *Geografía del Perú* tornou-se um livro de grande conhecimento, num contexto – lembrando em muito o Brasil – no qual houve, primeiro, um processo de regionalização (lá e cá em 1941), seguido de planejamento de recorte nacionalista e reformista seguido de planejamento de inspiração nacionalista (de corte desenvolvimentista no Brasil e reformista no Peru).
- 11 Após esta proveitosa, embora breve, incursão latino-americana, a sequência dos artigos nos traz de volta ao Brasil, ou, mais precisamente, à nossa fábrica de geografia e outros saberes territoriais.
- 12 Certamente, o repertório de conhecimentos acumulados pelo IBGE necessitou eliminar o hibridismo profissional característico de seus anos iniciais, quando o Instituto era um local de engenheiros e diversos outros profissionais. Nesse sentido, Patrícia Aranha, em *O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira*, salienta a formação de quadros de geógrafos segundo os princípios desta disciplina científica, instalados na universidade, notadamente na USP e na antiga Universidade do Distrito Federal (logo “do Brasil” e, depois ainda, UFRJ). A autora explica como esses profissionais, formados por novos critérios, provenientes dos bancos universitários, transitaram entre estes e os quadros do antigo Conselho Nacional de Geografia (CNG), mostrando também como as exigências internas do órgão de alguma forma contribuíram para a separação dos antigos cursos de história e geografia.
- 13 Em *Era preciso redescobrir o Brasil: as expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960*, Vera Abrantes demonstra como as exigências em relação aos novos quadros do

- IBGE, acima mencionadas, pautaram-se, por décadas, no trabalho de campo como marca profissional e científica do CNG. Tal parâmetro, porém, seria substituído devido às mudanças epistemológicas da geografia e o advento de novos padrões técnicos de pesquisa, que passam a enfatizar o trabalho de gabinete e as técnicas quantitativas.
- 14 Por sinal, a introdução de metodologias quantitativas relacionou-se no IBGE em muito à ascensão do regime militar e às próprias repercussões da ditadura no interior do órgão, questões enfocadas por Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, em *Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960*. A segunda grande regionalização do IBGE, operada a partir de 1968, sofrera forte influência metodológica de uma geografia francesa ligada ao planejamento; tal contribuição, sem dúvida rica e instigante, apresentaria, porém, limitações quanto à coleta de dados, resultando, politicamente, em autocríticas feitas em colóquios acadêmicos por geógrafos brasileiros e franceses e na rápida opção – talvez menos técnica que política – pela geografia quantitativa.
 - 15 Mas quais as reais dimensões dessa “revolução quantitativa” no IBGE? Esta é a indagação de Mariana Lamego, no artigo *O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário*, o qual permite tornar mais complexa a visão segundo a qual a geografia quantitativa teria sido hegemônica no Instituto durante a década de 1970. A partir de um minucioso exame da produção científica da Revista Brasileira de Geografia, a autora aponta para uma possível relativização de tal visão predominante na história da disciplina, construída, sobretudo, no ambiente das revisões historiográficas alimentadas pela geografia crítica.
 - 16 Na seção dedicada a *Resenhas*, pela própria carência de estudos acerca do IBGE, procuramos, ao invés de abordar textos e produções recentes, apresentar ao leitor um painel dos trabalhos existentes sobre o tema na área de história da geografia e das ciências. Assim, trabalhos acadêmicos pioneiros como *A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado* e *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998* (respectivamente, de Eli Alves Penha e Roberto Schmidt de Almeida) são resenhados pelas pesquisadoras Cristina Pessanha Mary e Luciene Carris Cardoso Completando este panorama, o autor da alentada *História das Estatísticas Brasileiras*, Nelson Senra, foi convidado a apresentar sucintamente, à maneira de pós-escrito, uma revisão crítica de seu próprio seu trabalho, publicado em quatro volumes entre 2006 e 2009.
 - 17 Abrimos a seção Documentos e Imagens com a transcrição parcial da já mencionada obra *Geografía de Perú*, de Javier Pulgar Vidal, por entendê-la como um clássico do pensamento geográfico produzido na América Latina. A seleção dos trechos, realizada por Rogério Haesbaert, inclui parte dos mapas e desenhos que figuram na nona edição da obra, publicada pela Editora Peisa (Lima, Peru).
 - 18 Em seguida, Pedro Pinchas Geiger, um dos mais importantes geógrafos do IBGE, nos apresenta trechos inéditos e ricamente ilustrados de seu relatório sobre o Jalapão, região até então pouquíssimo conhecida do ponto de vista do Estado. Ali, em 1943, foram realizados estudos geomorfológicos e de geografia humana, com participação direta do autor, na época um jovem quadro técnico do CNG. Seus escritos e desenhos constituem um valioso testemunho da metodologia das expedições geográficas abordadas no artigo de Vera Abrantes contido neste volume.
 - 19 A reprodução, ao final, do Decreto lei nº 311 da Presidência da República, de 2 de março de 1938, assinala a amplitude, das intenções à realidade, atingida por essa verdadeira linha de produção de muitas frentes da geografia brasileira. Práticas e saberes geográficos cruzaram-se no IBGE, dando subsídios para intentos do Estado brasileiro,

influenciando e sendo receptáculo, igualmente, daquilo que se discutia nos meios universitários brasileiros.

- 20 Finalmente, resta agradecer aos autores que colaboraram com este número pela paciência e gentileza com que atenderam às constantes solicitações desses editores. Em especial, gostaríamos de deixar registrado nosso débito com Nelson Senra, que não só ajudou a conceber o número como a eliminar diversas dúvidas a respeito do IBGE, ao qual esteve vinculado profissionalmente por muitos anos.
- 21 Se esta empreitada historiográfica proporcionar a ampliação do debate em torno do IBGE e fornecer aos leitores uma pluralidade de leituras sobre esta importante instituição, próxima de completar 80 anos, nos sentiremos plenamente recompensados.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*, 2 v. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. "O pensamento geográfico e a realidade brasileira". *Boletim Paulista de Geografia* n. 54. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1977.

JAMES, Preston E. & MARTIN, J. Geoffrey. *All Possible Worlds. A History of Geographical Ideas*. New York, Chichester, Brisbane, Toronto, Singapore: John Wiley & Sons, 1981 [1972].

MONTEIRO, Carlos Augusto F. *A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e Tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia, FFLCH-USP, 1980.

PENHA, Eli Alves. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE, 1993.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. "A Geografia no Brasil" in AZEVEDO, Fernando (org.) *As Ciências no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Melhoramentos, 1955.

PETRONE, Pasquale. "Geografia Humana". In: FERRI, M. G. e MOTOYAMA, S. (coords.) *História das Ciências no Brasil*, vol. 1. São Paulo, EDUSP, 1979.

PHILIPPONNEAU, Michel. *Geografia e Acção. Introdução à Geografia Aplicada*. Lisboa: Cosmos, 1964 [1960].

SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras*, 4 v. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Divulgação de Informações, 2006-2009.

SILVA, José Borzacchiello da. "Milton Santos: a Geografia, o Brasil, a França, o Mundo" [entrevista]. *Mercator* ano 1, n. 1, 2002, pp. 7-17.

NOTAS

1. “A very important part of Brazilian geographical progress has resulted from the organization in 1936 of a government agency attached to the census (...). In the course of time, the [IBGE] grew to employ about 100 professional geographers, mostly trained in the Brazilian universities” (James & Martin, 1981 [1972], p. 257).
 2. “O Brasil está, sem dúvida, à cabeça de todos os países do mundo pelo lugar que oficialmente é dado à geografia na preparação dos programas para por em valor o seu território. O *Conselho Nacional de Geografia* é uma instituição diretamente ligada à Presidência da República, dispondo de poderosos meios técnicos e financeiros e de numeroso pessoal especializado” (Phlipponneau, 1964 [1960], p. 80).
 3. A visita foi, muito provavelmente, ao prédio localizado na Av. Beira-Mar (centro do Rio de Janeiro), que concentrava a “ala geográfica” da instituição, materializada no Conselho Nacional de Geografia.
-

AUTORES

SERGIO NUNES PEREIRA

Doutor em Geografia Humana; professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

PAULO ROBERTO DE ALBUQUERQUE BOMFIM

Doutor em Geografia Humana; professor no IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo).